

RELATÓRIO DE ANÁLISE DE MODIFICATIVO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

GRUPO TALITA
KLEBER LUIS PRIAMO EMP. E PART. LTDA
MAIKO KLEVERSON PRIAMO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA
TALITA INDÚSTRIA DE FARINHAS LTDA
MOINHO TALITA LTDA



ÍNDICE

1. SUMÁRIO EXECUTIVO	4
2. SÍNTESE DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL	6
3. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO DE CREDITORES	8
4. ALIENAÇÃO DE ATIVOS	12
5. INDICAÇÃO DE CLÁUSULAS CONFLITANTES COM A LEI 11.101/2005	14
6. CONDUTAS PREVISTAS PELO ART. 64 DA LEI 11.101/2005	16
GLOSSÁRIO	18

Excelentíssima Senhora Doutora Juíza de Direito da Vara Cível da Comarca de Santo Antônio do Sudoeste, Estado do Paraná.

Dra. Eloisa Alessi Prendin

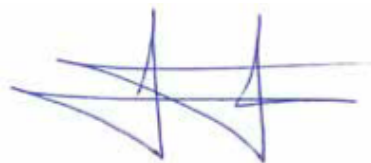
Preliminarmente, cumpre informar que a apresentação do Relatório de Análise de Modificativo do Plano de Recuperação Judicial, para a devida juntada nos autos de Recuperação Judicial, faz parte do rol de deveres do Administrador Judicial, nos termos do art. 22, inc. II, alínea "h" da Lei 11.101/2005.

As análises e observações apresentadas no presente relatório estão embasadas em informações contábeis, financeiras e operacionais apresentadas pelas Recuperandas, sob as penas do art. 171 da Lei 11.101/2005, bem como no Plano de Recuperação Judicial e anexos apresentados nos autos.

Referido relatório possui o objetivo de demonstrar ao Juízo, aos credores e demais interessados, as disposições do Modificativo do Plano de Recuperação Judicial apresentado pelas Recuperandas, primando sempre pela transparência, objetividade e ampla divulgação das informações pertinentes ao processo de recuperação judicial. Este relatório e demais documentos relacionados a presente recuperação judicial estão disponíveis para consulta no **Processo nº 0001202-48.2022.8.16.0154** e no site www.marquesadmjudicial.com.br.

Por fim, esta Administradora Judicial permanece à disposição para o esclarecimento de eventuais dúvidas remanescentes.

Curitiba/PR, 30 de maio de 2023.



M. MARQUES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
ADMINISTRAÇÕES JUDICIAIS
CNPJ Nº 07.166.865/0001-71 | OAB/PR Nº 6.195
Profissional Responsável: MARCIO ROBERTO MARQUES
OAB/PR nº 65.066 | OAB/SP nº 459.319



1

SUMÁRIO EXECUTIVO



1. SUMÁRIO EXECUTIVO

Assunto	Observações
Síntese do PRJ e Modificativo	O PRJ foi apresentado tempestivamente pelas Recuperandas no dia 23 de setembro de 2022, ao mov. 97, com os respectivos anexos, o qual dispõe sobre os meios de recuperação pretendidos, os possíveis cenários de soerguimento da atividade, as propostas de pagamento dos credores (extra)concurais, de amortização para credores financeiros e fornecedores, novação dos créditos extensão aos garantidores. Destarte, ao mov. 261, fora promovido a juntada de Modificativo ao Plano de Recuperação Judicial pelas Recuperandas, o qual traz modificações na forma e condição de pagamento dos credores habilitados na Classe II – Créditos com Garantia Real e Classe III – Créditos Quirografários.
Condições de Pagamento de Credores	O PRJ apresentado dispõe sobre as formas de pagamento dos credores concursais em suas Cláusulas 4.6 e 4.7, estabelecendo carência para início dos pagamentos e deságio para os credores da Classe II e Classe III.
Alienação de Ativos	No que tange à alienação de ativos, impende mencionar que o Modificativo ao Plano de Recuperação Judicial apresentado pelas Recuperandas não prevê tal hipótese.
Cláusulas Conflitantes com a Lei 11.101/2005	Após análise do Modificativo ao PRJ, esta Administradora Judicial verificou determinação conflitante e prejudicial aos credores acerca disposto na Lei 11.101/2005, primordialmente no que diz respeito as obrigações de manifestação nos autos recuperacionais acerca da escolha de opção de pagamento dos credores Classe II – Créditos com Garantia Real e Classe III – Créditos Quirografários.
Condutas Previstas pelo art. 64 da Lei 11.101/2005	No Modificativo do Plano de Recuperação Judicial em análise não foram identificadas eventuais disposições em desarmonia a redação do artigo 64 da Lei 11.101/2005.



2

SÍNTESE DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL



2.1 TEMPESTIVIDADE DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Análise realizada em sede de Relatório de Análise de Plano de Recuperação Judicial apresentado ao mov. 99.2.

2.2 RESUMO DO LAUDO ECONÔMICO-FINANCEIRO E LAUDO DE AVALIAÇÃO

Não houve alteração no que tange ao Laudo Econômico-Financeiro e Laudo de Avaliação do Modificativo ao PRJ, razão pela qual esta AJ ratifica as considerações contidas no Relatório de Análise de Plano de Recuperação Judicial apresentado ao mov. 99.2.

2.3 RESUMO DOS MEIOS DE RECUPERAÇÃO

Não houve alteração no que tange aos meios de recuperação no Modificativo ao PRJ, razão pela qual esta AJ ratifica as considerações contidas no Relatório de Análise de Plano de Recuperação Judicial apresentado ao mov. 99.2.

2.4 MEDIDAS ADOTADAS PARA RECUPERAÇÃO DO NEGÓCIO

Não houve alteração no que tange as medidas adotadas para recuperação do negócio no Modificativo ao PRJ, razão pela qual esta AJ ratifica as considerações contidas no Relatório de Análise de Plano de Recuperação Judicial apresentado ao mov. 99.2.

2.5 RESERVA DE CONTINGÊNCIA PARA PAGAMENTO DE CREDORES SUJEITOS AINDA NÃO CONTEMPLADOS NO QUADRO GERAL DE CREDORES

Não houve alteração no que tange a reserva de contingência para pagamento de credores não arrolados na relação de credores, no Modificativo ao PRJ, razão pela qual esta AJ ratifica as considerações contidas no Relatório de Análise de Plano de Recuperação Judicial apresentado ao mov. 99.2.

2.6 MEIOS DE SATISFAÇÃO DOS CRÉDITOS FISCAIS E DEMAIS CRÉDITOS NÃO SUJEITOS À RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Não houve alteração no que tange aos meios de satisfação de créditos fiscais no Modificativo ao PRJ, razão pela qual esta AJ ratifica as considerações contidas no Relatório de Análise de Plano de Recuperação Judicial apresentado ao mov. 99.2.

2.7 PROPOSTA DE EXTINÇÃO DE GARANTIAS

Não houve alteração no que tange a proposta de extinção de garantias no Modificativo ao PRJ, razão pela qual esta AJ ratifica as considerações contidas no Relatório de Análise de Plano de Recuperação Judicial apresentado ao mov. 99.2.



3

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO DE CREDORES



3.1 FORMA DE PAGAMENTO POR CLASSE

O Modificativo ao PRJ apresentado ao mov. 261.1, trouxe alterações na forma de pagamento dos credores habilitados na reação nominal de credores na Classe II – Créditos com Garantia Real e Classe III – Créditos Quirografários. Desta forma, passa a vigor as seguintes formas de pagamento, por classe de credores:

Classe	Subclasse	Opções	Carência (exceto a Parcela Inicial)	Prazo para Pagamento	Correção Monetária e Juros	Deságio
Classe I Créditos Trabalhistas	-	-	-	Parcela única no prazo de 6 (seis) meses contados a partir do trânsito em julgado da decisão de homologação do Plano de Recuperação Judicial.	Correção de 2% (dois por cento) ao ano, acrescida de TR.	-
Classe II Créditos Com Garantia Real	-	Opção A	12 (doze) meses após data de homologação do Plano de Recuperação Judicial.	72 (setenta e dois) parcelas mensais, limitada a R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), somado valor + juros, caso ultrapasse, aumenta-se o prazo de pagamento de modo que o valor mensal não ultrapasse a mencionada quantia.	Correção de 0,5% (zero virgula cinco por cento) ao mês.	40%
		Opção B	12 (doze) meses após data de homologação do Plano de Recuperação Judicial.	48 (quarenta e oito) parcelas mensais, limitada a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), somado valor + juros, caso ultrapasse, aumenta-se o prazo de pagamento de modo que o valor mensal não ultrapasse a mencionada quantia.	Correção de 0,5% (zero virgula cinco por cento) ao mês.	60%
		Opção C	6 (seis) meses após data de aprovação do Plano de Recuperação Judicial.	12 (doze) parcelas mensais.	Correção de 0,5% (zero virgula cinco por cento) ao mês.	80%



Classe	Subclasse	Opções	Carência (exceto a Parcela Inicial)	Prazo para Pagamento	Correção Monetária e Juros	Deságio
Classe III Créditos Quirografários	-	Opção A	12 (doze) meses após data de homologação do Plano de Recuperação Judicial.	72 (setenta e dois) parcelas mensais, limitada a R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), somado valor + juros, caso ultrapasse, aumenta-se o prazo de pagamento de modo que o valor mensal não ultrapasse a mencionada quantia.	Correção de 0,5% (zero virgula cinco por cento) ao mês.	40%
		Opção B	12 (doze) meses após data de homologação do Plano de Recuperação Judicial.	48 (quarenta e oito) parcelas mensais, limitada a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), somado valor + juros, caso ultrapasse, aumenta-se o prazo de pagamento de modo que o valor mensal não ultrapasse a mencionada quantia.	Correção de 0,5% (zero virgula cinco por cento) ao mês.	60%
		Opção C	6 (seis) meses após data de aprovação do Plano de Recuperação Judicial.	12 (doze) parcelas mensais.	Correção de 0,5% (zero virgula cinco por cento) ao mês.	80%
Classe IV Créditos ME / EPP	-	-	-	Parcela única no prazo de 6 (seis) meses contados a partir do trânsito em julgado da decisão de homologação do Plano de Recuperação Judicial.	Correção de 2% (dois por cento) ao ano, acrescida de TR.	-

Fonte: Plano de Recuperação Judicial Grupo Talita (mov. 97.1) e Modificativo ao Plano de Recuperação Judicial (mov. 261.1).

3.2 OPÇÃO DE PAGAMENTO

Consonante ao que dispõe o Modificativo de Plano de Recuperação Judicial em análise, a Recuperanda propõe forma opcional de pagamento aos credores da Classe II – Créditos com Garantia Real e Classe III – Créditos Quirografários, visando apresentarem melhores condições de pagamentos com o objetivo de liquidarem seu passivo junto aos credores de forma mais célere, ao mesmo tempo que obtém recursos e/ou matérias primas, insumos e equipamentos para o fomento de suas atividades.

O Modificativo ao PRJ prevê que os referidos credores receberão seus créditos nos seguintes moldes, a depender da opção escolhida:

Opção A:

- Deságio de 40% tendo como base a valor do crédito indicado na relação de credores apresentada pelo administrador judicial;
- Pagamento mensal;
- Prazo mínimo de 84 meses, sendo 12 (doze) meses carência e 72 de pagamentos, contados da data de homologação do plano;
- Juros de 0,50% ao mês;
- Parcela limitada a R\$ 40.000,00 (somado valor + juros);



- Créditos com valores que ultrapassem o valor da parcela mínima, aumenta-se o prazo de pagamento de forma que o valor mensal não ultrapasse o valor indicado.

Opção B:

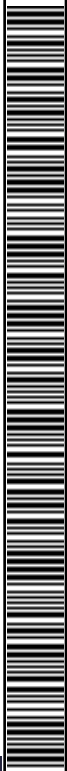
- Deságio de 60% tendo como base a valor do crédito indicado na relação de credores apresentada pelo administrador judicial;
- Pagamento mensal;
- Prazo mínimo 60 meses, sendo 12 (doze) meses de carência e 48 pagamentos, contados da data de homologação do plano;
- Juros de 0,50% ao mês;
- Parcela limitada a R\$ 30.000,00 (somado valor + juros);
- Créditos com valores que ultrapassem o valor da parcela mínima, aumenta-se o prazo de pagamento de forma que o valor mensal não ultrapasse o valor indicado.

Opção C:

- Deságio de 80% tendo como base a valor do crédito indicado na relação de credores apresentada pelo administrador judicial;
- Pagamento mensal;
- Prazo mínimo 18 meses, sendo 06 (Seis) meses carência e 12 pagamentos contados da data de aprovação do plano;
- Juros de 0,50% ao mês.

Nesses termos, haverá a possibilidade de adesão à proposta aqueles credores habilitados na Classe II – Créditos com Garantia Real e Classe III – Créditos Quirografários, desde que se manifeste favoravelmente à aprovação do PRJ e informem nos autos de recuperacionais, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de homologação do plano, sendo possível a retratação posterior ou a mudança de opção somente com a anuência das Recuperandas.

As demais cláusulas do plano de mov. 97.1 restam integralmente ratificadas.



4

ALIENAÇÃO DE ATIVOS



4.1 RELAÇÃO DE BENS INDICADOS PARA VENDA

Não houve alteração no Modificativo ao PRJ, com relação aos bens indicados para venda, razão pela qual esta AJ ratifica as considerações contidas no Relatório de Análise de Plano de Recuperação Judicial apresentado ao mov. 99.2.

4.2 FORMA DE ALIENAÇÃO E DESTINAÇÃO DO PRODUTO

Não houve alteração no Modificativo ao PRJ, com relação a alienações, razão pela qual esta AJ ratifica as considerações contidas no Relatório de Análise de Plano de Recuperação Judicial apresentado ao mov. 99.2.



5

INDICAÇÃO DE CLÁUSULAS CONFLITANTES COM A LEI 11.101/2005



5. INDICAÇÃO DE CLÁUSULAS CONFLITANTES COM A LEI 11.101/2005

• Cláusula “1-Proposta de Pagamento dos Credores com Garantia Real e Quirografia”:

Na cláusula em comento apresentada no Modificativo ao PRJ, ao mov. 261.1, foram apresentadas Opções A, B e C, de pagamento para os credores Classe II – Créditos com Garantia Real e Classe III – Créditos Quirografários, de modo a estipular que “A escolha da opção é final, definitiva, vinculante, irrevogável e irretratável, **e deverá ser informada nos autos de recuperação no prazo de 30 dias contados da data de homologação do plano** e somente será possível a retratação posterior ou a mudança de opção com a anuência da RECUPERANDA”.

Sobre o tema, em que pese a possibilidade de opções de pagamento quanto as mencionadas classes, aos credores nela habilitados, ao sentir desta Administradora Judicial, não deve ser estipulado que a escolha da opção desejada deva ser feita mediante peticionamento nos autos, uma vez que imputaria a esses a obrigação de contratar profissional para peticionamento nos autos, ônus esse, desnecessário.

Isso porque o objetivo da cláusula pode ser facilmente suprido ao fixar que a comunicação quanto a opção de pagamento desejada pelos credores Classe II – Créditos com Garantia Real e Classe III – Créditos Quirografários, nos termos do Modificativo, seja feita mediante um endereço eletrônico (e-mail) de controle das Recuperandas, o que torna o procedimento mais simples e acessível a todos os credores bem como não lhes acarrete a necessidade de contratação de advogado para realização do ato no processo de Recuperação Judicial.

Ademais, em sendo estabelecido a comunicação a ser realizada, sugestivamente, dessa forma, não haveriam reiterados protocolos nos autos de Recuperação Judicial e consequente movimentação da máquina judiciária de forma desnecessária, pois, evidentemente, trata-se procedimento administrativo acerca do PRJ.

Assim, eventual esclarecimento acerca da opção de pagamento escolhida pelos credores seria comunicado pelas Recuperandas, em simples petição a ser protocolada nos autos, o que enseja maior economia processual e atenção ao princípio da eficiência.

Nestas considerações, prima oculi, o entendimento desta Administradora Judicial é no sentido de que a cláusula em exame é parcialmente nula ao sujeitar todos os credores a contratação de profissional para manifestação dos autos recuperacionais, imputando despesas aos credores bem como abarrotando o judiciário com movimentações desnecessárias, quando possível facilmente a comunicação por meios extrajudiciais e menos burocráticos.



6

CONDUTAS PREVISTAS PELO ART. 64 DA LEI 11.101/2005



6. CONDUTAS PREVISTAS PELO ART. 64 DA LEI 11.101/2005

No Modificativo do Plano de Recuperação Judicial em análise não foram identificadas eventuais disposições em desarmonia a redação do artigo 64 da Lei 11.101/2005.

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJT57 M9WU3 BAC23 7LUBU



7

GLOSSÁRIO



7. GLOSSÁRIO

AGC – Assembleia Geral de Credores
AI – Agravo de Instrumento
AJ – Administradora Judicial
ART. – Artigo
CCB – Cédula de Crédito Bancário
DJE – Diário de Justiça Eletrônico
DES – Desembargador (a)
DRE – Demonstração de Resultado do Exercício
ED – Embargos de Declaração
EIRELI – Empresa Individual de Responsabilidade Limitada
EPP – Empresa de Pequeno Porte
GRUPO TALITA: Kleber Luis Priamo Emp. e Part. LTDA, Maiko Kleverson Priamo Empreendimentos e Participações LTDA, Talita Industria de Farinhas LTDA e Moinho Talita LTDA.
ICMS – Imposto de Circulação sobre Mercadorias e Serviços
INC. – Inciso
LFRJ – Lei de Falência e Recuperação Judicial (Lei 11.101/2005)
LTDA – Limitada
ME – Microempresa
MM. – Meritíssimo
M – Milhão
MOV. – Movimentação
PERT – Programa Especial de Regularização Tributária
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
QGC – Quadro Geral de Credores
RJ – Recuperação Judicial
Rel. – Relator (a)
Recuperandas – Grupo Talita
Resp – Recurso Especial
RMA – Relatório Mensal de Atividades
RNC – Relação Nominal de Credores
ROA – Retorno sobre ativo total
ROE – Retorno sobre patrimônio líquido
S. A. – Sociedade Anônima
STJ – Superior Tribunal de Justiça
TJPR – Tribunal de Justiça do Paraná
TJSP – Tribunal de Justiça de São Paulo
TRF – Tribunal Regional Federal
PRJ – Plano de Recuperação Judicial



CURITIBA/PR

Av. Cândido de Abreu, nº776, Sala 1306,
Edifício World Business, Centro Cívico
CEP 80.530-000
(41) 3206-2754 | (41) 99189-2968

MARINGÁ/PR

Av. João Paulino Vieira Filho, nº625, Sala 906,
Edifício New Tower Plaza, Torre II, Zona 01
CEP 87.020-015
(44) 3226-2968 | (44) 99127-2968

SÃO PAULO/SP

Av. Paulista, nº 302 - 9º Andar
Ed. José Martins Borges - Bela Vista
CEP 01.310-000
(11) 3135-6549 | (11) 98797-8850

www.marquesadmjudicial.com.br
marcio@marquesadmjudicial.com.br

